

N. F. Nº - 112716.0112/24-2
NOTIFICADO - RAIA DROGASIL S.A.
NOTIFICANTE - CAMYLLA CARNEIRO SOARES
ORIGEM - DAT METRO / IFMT METRO
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 01/10/2025

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0176-04/25NF-VD**

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO ANTES DA ENTRADA NO ESTADO. À época da ação fiscal o contribuinte se encontrava credenciado no Cadastro de Contribuintes do Estado da Bahia de recolher a antecipação do ICMS em momento posterior, por força de Decisão Judicial. Prejudicadas a análise das demais razões de defesa. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 21/06/2024, decorrente da fiscalização de trânsito de mercadorias ocorrida no Posto Fiscal Honorato Viana, Candeias (BA), para constituir crédito tributário no valor de R\$ 34.251,94, sendo R\$ 21.407,46 de ICMS e R\$ 12.844,48 da multa de 60%, tipificada no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, conforme documentos às fls. 3 a 16 dos autos, em razão da seguinte irregularidade:

INFRAÇÃO 01 – 054.005.010: Falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária total, em aquisição interestadual ou do exterior, de mercadorias enquadradas pela legislação interna no regime de substituição tributária, por contribuinte não inscrito, inapto ou que não preencha os requisitos previstos na legislação fiscal.

Consta da “Descrição dos fatos”:

“Falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária total, em aquisição interestadual, de mercadorias enquadradas pela legislação interna no regime de substituição ou antecipação tributária, constante do(s) DANFE(s) nº 283400 e 283401, por contribuinte em situação fiscal de descredenciamento, conforme Termo de Ocorrência Fiscal, nº 211311.1112/24-8, em anexo.”

O notificado, através de seus representantes legais, ingressou com impugnação ao lançamento de ofício, às fls. 24 a 35 dos autos, onde após sinopse da acusação de que o imposto seria devido antecipadamente porque o centro de distribuição estaria inapto em decorrência da suposta situação irregular no cadastro de contribuintes do Estado da Bahia, aduz que a exação não pode prosperar eis que na data da autuação a situação cadastral do estabelecimento autuado era regular, tendo o imposto exigido sido integralmente recolhido aos cofres públicos, já que a impugnante manteve sua apuração mensal normalmente.

Aduz ainda que, não fosse isso suficiente, o fato é que a multa de 60% aplicada sequer era devida no ingresso da mercadoria, mas, sim, no dia 09 do mês subsequente ao de sua entrada, dada a regularidade cadastral e fiscal do contribuinte, sendo manifestamente confiscatória.

Noutra versão, diz que, na data da lavratura da autuação, a situação cadastral do estabelecimento era regular, eis que, apesar do agente fiscal não enumerar as autuações que estariam inscritas em dívida ativa, o fato é que já havia distribuído ação judicial e apresentado garantia em face dos PAFs nºs: 092579.0049/23-9, 092579.0132/23-3, 092579.0161/23-3, 092579.0171/23-9 e 092579.0181/23-4, conforme diz comprovarem as decisões judiciais anexadas à defesa, no sentido de declarar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, deferir o pedido de aceite de garantia e determinar que o débito deles decorrentes não constitua óbice à renovação de sua certidão positiva de débitos tributários com efeitos negativos perante a Fazenda Estadual, que deve abster-

se, também, de inscrever seu nome em cadastros de inadimplentes, ou imputar-lhe quaisquer outras sanções, bem como, que não sejam utilizados para descredenciamento da postulante do regime especial de recolhimento tributário, de forma que jamais poderia ter sido a impugnante autuada para recolher o imposto antes do ingresso da mercadoria no território baiano no caso concreto, já que seu credenciamento no regime especial de recolhimento estava ou deveria estar ativo no sistema da Secretaria da Fazenda.

Registra que a 5ª e 6ª JJF já anularam dezenas de autuações idênticas, conforme Acórdãos nºs: 0340-06/23NF-VD e 0027-05/24NF-VD, anexas à defesa, por ter averiguado que o débito que constava no sistema da Secretaria da Fazenda como impeditivo para o credenciamento estava garantido e em discussão judicial, de forma que as autuações foram canceladas, dada a invalidade da exigência do imposto por antecipação, sendo a cobrança, na forma realizada, inquinada de nulidade, devendo ser cancelada, em vista da evidente ilegalidade da exigência do imposto antes do ingresso no território baiano pela suposta irregularidade cadastral, enquanto o documento fiscal comprova que no dia da autuação sua situação cadastral estava regular.

Reafirma que, mesmo superado o argumento supra, já apurou e pagou o imposto devido na autuação, do que anexa planilha discriminativa com a apuração para o período de março de 2024, que incluiu a apuração do tributo devido nos documentos fiscais, objetos da autuação, com os devidos comprovantes de pagamento.

Registra, ainda, que o autuante desconsiderou na apuração a redução do ICMS decorrente do benefício de que trata o Termo de Acordo prescrito no art. 1º, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 11.872/09.

Também alega invalidade do procedimento de conversão do Termo em autuação, não respeitando o prazo mínimo legal previsto, a fim de implementar a exigência, o que também reforça a invalidade de tais débito constarem como impeditivo e, conseqüentemente, fazerem com que seja descredenciada do regime especial de recolhimento do ICMS, já que transcorrido o prazo de 90 dias da lavratura da autuação e a ciência desta autuação no sistema DTE da impugnante, em desatendimento ao comando legal do art. 28, § 1º, do Decreto nº 7.629/99.

Em seguida, subsidiariamente, alega o caráter confiscatório da multa e impossibilidade de aplicação de juros sobre tal penalidade, do que cita legislação, doutrina e jurisprudência.

Do exposto, requer provimento da impugnação para o cancelamento da autuação, por se encontrar na data em situação cadastral regular; assim pela comprovação do pagamento do tributo ou, ainda, pela desconsideração do autuante quanto à redução da base de cálculo do imposto de que trata o Decreto nº 11.872/09. Subsidiariamente, requer o cancelamento parcial do lançamento em razão do reconhecimento do caráter confiscatório da multa imposta e da invalidade da aplicação de juros moratórios sobre tal penalidade, do que anexa documentos às fls. 36 a 68 dos autos.

A notificante, em sua informação fiscal às fls. 74/75 dos autos, mantém a exação em razão de que:

1. Com relação à improcedência da situação irregular do contribuinte, consulta ao SCOMT – PSS (fls. 76), demonstra que no período de 31/05/2024 a 31/07/2024 a contribuinte se encontrava com status de descredenciada. A despeito da decisão que suspendeu a exigibilidade do crédito dos PAFs, além destes, a autuada contava com inúmeros outros débitos em dívida ativa, sendo que, a existência de apenas um débito inscrito em dívida ativa é suficiente para caracterizar a condição de descredenciamento, de acordo com a consulta à fl. 9 dos autos;
2. Conforme preconiza o art. 332 do RICMS/BA, o contribuinte inscrito em dívida ativa perde o prazo de pagamento na apuração mensal, devendo realizar o pagamento do ICMS por antecipação antes da entrada da mercadoria em território estadual;
3. Além disso, não foram identificados entre os anexos da peça processual as planilhas discriminantes e os comprovantes de pagamento alegados pela autuada;
4. No tocante à redução da base de cálculo, apenas é concedida aos produtos listados no art. 1º do Decreto nº 11.872/09 e as mercadorias envolvidas na autuação não obtiveram redução por não

constar no rol de beneficiárias.

5. Não faz sentido a alegação de que não respeitou o prazo mínimo previsto para conversão do termo de ocorrência em autuação, pois o prazo de noventa dias é o prazo máximo de conclusão para finalizar a fiscalização, tendo a Notificação sido lavrada no mesmo dia.
6. Não tem competência para se pronunciar sobre a alegação de que a multa é confiscatória e que existe previsão de redução nos termos do art. 45 da citada Lei.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal acusa o contribuinte de não ter recolhido ICMS devido por antecipação tributária, antes da entrada neste Estado, nas aquisições interestaduais, por estar descredenciado, em razão de se encontrar com débito em dívida ativa, em consequência, sem direito ao benefício fiscal previsto no art. 3º, II, do Decreto nº 11872/09, relativo aos DANFE nº 283400 e 283401, cuja norma, em seu art. 1º, instituiu regime especial de tributação ao distribuidor de medicamentos na Bahia, mediante credenciamento, nas importações e aquisições interestaduais dos produtos farmacêuticos medicinais de uso não veterinário relacionados, para atribuição da responsabilidade pela antecipação tributária do ICMS relativa às operações subsequentes nos termos deste Decreto, tendo no art. 3º, II, estipulado que somente será credenciado o contribuinte que não possua débito inscrito em Dívida Ativa, a menos que a sua exigibilidade esteja suspensa.

Dentre suas razões de defesa, o notificado alega que na data da lavratura da autuação a situação cadastral do estabelecimento era regular, eis que já havia distribuído ação judicial e apresentado garantia em face dos PAF de nºs: 092579.0049/23-9, 092579.0132/23-3, 092579.0161/23-3, 092579.0171/23-9 e 092579.0181/23-4, para comprovar com a decisão judicial, anexada à defesa, no sentido de:

“Do exposto, CONCEDO A MEDIDA LIMINAR para determinar, em face do depósito do débito, a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários decorrentes dos PAFs 092579.0049/23-9, 092579.0132/23-3 e 092579.0161/23-3, não podendo os referidos débitos serem usados para o descredenciamento da requerente do regime especial de recolhimento de que trata o Termo 11289120233 nem impedirem a renovação da certidão de regularidade fiscal estadual em favor da requerente.

Determino ainda a exclusão do apontamento do débito perante o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin Estadual.”

Da análise da decisão judicial, às fls. 52 a 55, Processo sob TUTELA cautelar antecedente nº 8055207-87.2024.8.05.0001 da 3ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, ajuizado pela Raia Drogasil, referente aos PAF citados, a douta magistrada, em 14 de maio de 2024, decidiu pela suspensão da exigibilidade dos créditos tributários, determinando ao Estado da Bahia se abster de descredenciar o sujeito passivo do regime especial de recolhimento previsto no dito Decreto nº 11872/09.

Considerando, ainda, a comprovação em outros processos administrativos fiscais, contra o próprio estabelecimento autuado, da existência da decisão judicial decorrente do Processo sob TUTELA cautelar antecedente, a exemplo de nº 8029486-36.2024.8.05.0001 da 3ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, como também de nº 8030879-93.2024.8.05.0001 da 4ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, referente a 32 PAF, ambos datados de 07 de março/2024, restabelecendo o status de credenciado no Regime Especial de recolhimento do imposto, previsto no Decreto nº 11.872/2009, vislumbro que, à época da ação fiscal, ocorrida em 21/06/2024, o estabelecimento autuado não se encontrava descredenciado no Cadastro de Contribuintes da Bahia, não só pelo histórico apontado, mas, especialmente, por força da decisão judicial 8055207-87.2024.8.05.0001, de 14/05/2024.

Sendo assim, com os pedidos de tutela antecipada deferidas por meio de decisões judiciais, restou suspensa a exigibilidade dos créditos tributários que ensejaram o descredenciamento do benefício fiscal previsto no art. 3º, II, do Decreto nº 11872/09, nos termos do art. 151, V, do CTN, a saber:

Decreto nº 11.872/09

Art. 3º Somente será credenciado o contribuinte que:

[...]

II - não possua débito inscrito em Dívida Ativa, a menos que a sua exigibilidade esteja suspensa;

CTN

Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

[...]

V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;

E, neste sentido, os lançamentos de ofícios subsequentes àqueles constantes da tutela antecipada decorreram do não atendimento da decisão judicial de se abster de descredenciar o contribuinte do dito regime, ensejando efeito cascata para as demais notificações fiscais, ao manter a configuração no sistema, apesar da legislação própria e as decisões judiciais determinarem o contrário.

Logo, o prazo para pagamento do imposto, em análise, é aquele previsto no art. 332, § 2º, do Decreto nº 13.780/12, ou seja: “... até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal ...”, e não antes da entrada no território deste Estado, como procedeu a fiscalização. Em consequência, restam prejudicadas as análises das demais razões de defesa.

Do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal, pois, no momento da ação fiscal, ora sob análise, o contribuinte se encontrava com a exigibilidade do débito inscrito em Dívida Ativa suspensa, em decorrência de decisões judiciais ter deferido ao pedido de aceite da garantia oferecida, sendo restabelecida sua condição cadastral, inclusive como previsto no art. 3º, II, do Decreto nº 11872/09 e no art. 151, V, do CTN.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº 112716.0112/24-2, lavrada contra **RAIA DROGASIL S.A.**

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 09 de setembro de 2025.

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE / RELATOR

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ – JULGADORA

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - JULGADOR